



CONVÊNIO Nº 056/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE REGISTRO, POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA REGISTRENSE - ADERE, OBJETIVANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA "FORMANDO E APOIANDO NOVOS TALENTOS", COMPREENDENDO ATIVIDADES NA ÁREA DESPORTIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DE AMBOS OS SEXOS, NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 17 ANOS E ONZE MESES, UTILIZANDO A METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO DESPORTIVA E DE EDUCAÇÃO DE VALORES, TENDO COMO OBJETIVO PRINCIPAL A SUA INCLUSÃO SOCIAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, cadastrada no CNPJ sob n.º 45.685.872/0001-79, com sede nesta cidade, no Paço Municipal, à rua José Antonio de Campos, n.º 250, neste ato representada pelo senhor PREFEITO MUNICIPAL, GILSON WAGNER FANTIN, brasileiro, casado, portador do RG n.º 4.395.421-0 SSP/PR, e do CPF 632.751.399-9, doravante denominado MUNICÍPIO e do outro a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA REGISTRENSE – ADERE, com sede à Av. Cecy Teixeira de Mello Almada, s/n.º, Jardim San Conrado, cadastrada no CNPJ sob n.º 02.405.006/0001-74, Inscrição Municipal n.º 3.415.201, neste ato representada pela Presidente, Sr.ª ALESSANDRA MÁRCIA CORNÉLIO BORGES, portadora do RG n.º 25.044.146-9 e do CPF n.º 150.800.368-85, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada ENTIDADE, celebram o presente Convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 8/6/94, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:, em conformidade com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio as atividades destinadas à aprendizagem de natação, judô e xadrez à 250 (duzentas e cinquenta) crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos e onze meses e preparação de atletas de 07 a 69 anos e onze meses para representar Registro em competições oficiais, tendo como objetivo principal a inclusão social através da prática esportiva na conformidade do Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I - transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente Convênio, mediante repasses, sendo que não caberá ao Município qualquer responsabilidade por despesas excedentes aos recursos a serem transferidos.
- II - dar conhecimento à ENTIDADE das normas programáticas e administrativas do objeto do Plano de Trabalho, celebrado com o MUNICÍPIO;
- III - apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto deste Convênio.
- IV - promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto conveniado sempre que necessário;
- V - supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência deste Convênio;
- VI - examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à ENTIDADE;
- VII - assinalar prazo para que a ENTIDADE adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;
- VIII - comunicar as irregularidades verificadas e não sanadas pela ENTIDADE quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos, para os fins previstos no art. 36 da LOAS;

Rubricas: 1..... 2..... Jurídico:..... T1:..... T2:.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

- I - executar o programa a que se refere a Cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do Plano de Trabalho.
- II - zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO através da Secretaria Municipal de Esportes;
- III - proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população sem discriminação de qualquer natureza.
- IV - Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;
- V - Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto deste Convênio, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;
- VI - Apresentar, mensalmente, ao MUNICÍPIO o relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da ENTIDADE;
- VII - prestar contas ao MUNICÍPIO, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO;
- VIII - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;
- IX - assegurar ao MUNICÍPIO e ao Controle Interno as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;
- X - autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, as informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Municipal, cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total estimado do presente convênio é de **R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais)**, em **12 parcelas** de acordo com o plano de aplicação, cuja despesa correrá à conta da Unidade Orçamentária **Secretaria Municipal de Esportes - Programa 27.812.0027.2188 - 3.3.50.43 Subvenções Sociais - Ficha 866 - Destinação do Recurso: 110.00** e eventuais valores remanescentes de rentabilidade de aplicação financeira desses recursos.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E SUA APLICAÇÃO

O MUNICÍPIO efetuará repasses de recursos financeiros à ENTIDADE, de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o parágrafo 3º do art. 116 da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883 de 08/06/94.

Os recursos recebidos serão movimentados em instituição financeira oficial, com abertura de conta específica. Não havendo instituição financeira oficial na localidade da entidade conveniente, os recursos poderão ser movimentados em agência bancária local, observada a legislação pertinente.

Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

As receitas financeiras auferidas de aplicação serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas.

Rubricas: 1..... 2..... Jurídico:..... T1:..... T2:.....

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio é de 12 (doze) parcelas, contados a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

- I - prestação de contas parcial (ais), nos moldes das Instruções específicas do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em até 30 (trinta) dias calendário contados após o recebimento do repasse, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- a) ofício de encaminhamento da prestação de contas ao Senhor Prefeito Municipal, mencionando neste: a Secretaria Municipal Gestora, o número do convênio, o número e o valor da parcela a que se refere a prestação de contas;
 - b) relação das Receitas e Despesas – Recursos do Convênio, conforme modelo do Anexo I, do DCI;
 - c) relação das Receitas e Despesas – Recursos da Contrapartida, conforme modelo do Anexo II, do DCI;
 - d) consolidação da Movimentação, conforme modelo do Anexo III do DCI;
 - e) conciliação Bancária, caso haja divergência entre o saldo bancário e o saldo do documento Consolidação da Movimentação, em virtude de cheques em circulação ou outras pendências, conforme modelo do Anexos IV do DCI;
 - f) extratos bancários da conta específica e de aplicação financeira, referente à movimentação dos recursos recebidos, compreendendo o período do recebimento do crédito até o encerramento do prazo para aplicação dos recursos;
 - g) notas fiscais de compras ou prestação de serviços, em nome da Entidade, devidamente atestadas ou certificadas pela pessoa competente, com identificação do número de convênio, observando a legislação vigente sobre os impostos devidos e sobre as informações que as notas fiscais devem conter;
 - h) holerite de pagamento dos funcionários, bem como, as guias de pagamento das obrigações patronais, recibos, no caso de trabalhador avulso sem vínculo empregatício, com identificação do serviço prestado, contendo RG, CPF e INSS, em nome da entidade, com identificação do número do Convênio observando a legislação vigente sobre os impostos que devem ser recolhidos de competência do empregado e do empregador;
 - i) relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como de declaração quantitativa de atendimento nesse período, assinada pelo representante da ENTIDADE;
- II - prestação de contas anual, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, constituída dos seguintes elementos:
- a) ofício de encaminhamento da prestação de contas final ao Senhor Prefeito Municipal, mencionando neste: a Secretaria Municipal Gestora, o número do convênio, o valor integral recebido, além da relação dos documentos enviados que servirão para a prestação de contas;
 - b) demonstrativo Repasses ao Terceiro Setor Relação de Gastos, conforme modelo contido no Anexo 07 das Instruções 002/2008 do TCESP;
 - c) demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do ato concessório, conforme modelo contido no Anexo 17 das Instruções 002/2008 do TCESP;
 - d) relatório consolidado de dados quantitativos dos atendimentos mensais e de informações relacionadas a ações que demonstrem o atingimento das metas de qualidade definidas no Plano de Trabalho;
 - e) relatório nominal dos beneficiados;
 - f) cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Terceiro Setor.;
 - g) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;
 - h) manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor.
 - i) relatório de cumprimento do objeto;
 - j) relatório de execução físico - financeira;
 - k) cópia dos extratos da conta bancária específica, demonstrando o saldo zerado;

Rubricas: 1..... 2..... Jurídico:..... T1:..... T2:.....

- l) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária indicada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo único: não se concederá novos repasses, nos casos em que:

- I. A Entidade que estiver em alcance, ou seja, que não tenha prestado contas da parcela recebida no prazo estipulado no inciso I desta cláusula;
- II. A Entidade que não tenha apresentado justificativa para os atos considerados irregulares apontados através de ofícios enviados pela Secretaria responsável dentro do prazo estipulado nos mesmos;

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução e do Controle Interno Municipal.

Parágrafo único - A qualquer tempo pode o Controle Interno Municipal e/ou o Tribunal de Contas do Estado, solicitar as respectivas prestações de contas às entidades parceiras, bem como efetuar a fiscalização in-loco para verificação à consecução do objeto da parceira.

CLÁUSULA NONA - DAS VEDAÇÕES

São vedadas as seguintes despesas com recursos do presente convênio:

- I. multas, juros ou correção monetária em virtude de atraso de pagamentos, ou por qualquer outro motivo;
- II. rescisão de contrato, 1/3 de férias e ou provisionamento com recursos recebidos;
- III. equipamentos e materiais permanentes;
- IV. etílicos ou quaisquer substâncias consideradas entorpecentes;
- V. qualquer despesa que não se justifique em razão deste convênio;
- VI. pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREF, CRC, entre outros;
- VII. pagamento de despesas com contador, advogado ou outros profissionais não relacionados ao objeto do convênio e sim à manutenção da própria entidade;
- VIII. pagamento de tarifas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) inexecução do objeto deste Convênio;
- b) não apresentação do relatório de execução físico-financeira;
- c) utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;
- d) não apresentação, no prazo exigido, da prestação de contas parcial ou final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas Cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, contendo os seguintes elementos:

- I - espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários;
- II - resumo do objeto;
- III - crédito pelo qual correrá a despesa e valor;
- IV - prazo de vigência e data da assinatura.

Rubricas: 1..... 2..... Jurídico:..... T1:..... T2:.....

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO

Toda divulgação que se fizer a respeito das atividades prevista neste instrumento, por qualquer meio de comunicação, citar-se-á, com igual destaque, a participação conjunta da PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, através da Secretaria Municipal de Esportes e da Entidade Associação Desportiva Registrense - ADERE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Registro para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

E por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Registro, 19 de Janeiro de 2016 .

GILSON WAGNER FANTIN
Prefeito Municipal

~~ALESSANDRA MARGIA CORNELIO BORGES~~
~~Presidente da ADERE~~

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Gabriela S. M. Barros
Advogada
OAB/SP 304.314

Testemunhas:

1- Pela Prefeitura:

RG nº

2- Pela Entidade:

RG nº

49089 0348